

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.332 - SP (2019/0251034-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ALUMINI ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709
AGRAVADO : PERCIO JOSE BUENO
ADVOGADO : ARTUR GRESPI BUENO - SP307881
INTERES. : DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA
ADVOGADOS : LEONARDO LINS MORATO - SP163840
ADRIANA MARIA CRUZ DIAS DE OLIVEIRA - SP236521

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por ALUMINI ENGENHARIA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Recuperação judicial. Decisão que determinou a inclusão de crédito na classe trabalhista. Agravo de instrumento da recuperanda. Credor que comprovou seu crédito por meio da juntada de Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho e de demonstrativos de pagamento. Planilha de cálculos apresentada pelo administrador judicial que supre a exigência prevista no art. 9º, II, da Lei 11.101/2005. Manutenção da decisão agravada. Agravo de instrumento desprovido." (e-STJ, fl. 64)

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação dos arts. 9º, II e III, da Lei 11.101/2005 e do art. 320 do CPC, bem como dissídio jurisprudencial. Alega, em síntese, que a instrução do pedido de habilitação de crédito não foi realizada de forma regular, ante a ausência de documento essencial para comprovação da origem de seu crédito.

É o relatório. Decido.

o Tribunal de origem, com arrimo no acervo fático-probatório, assim se manifestou sobre o deslinde da controvérsia: (e-STJ, fls. 67/68):

"Conforme exposto acima, a agravada insurge-se contra a inclusão do crédito do recorrido na classe trabalhista, já que este não teria sido devidamente comprovado. Com efeito, o art. 9º, III, da Lei 11.101/2005 prevê que a petição inicial deve ser instruída com “os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas”. (...)

No caso sub judice, o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho - TRCT (fls. 26/27) e os demonstrativos de pagamentos realizados pela recuperanda (fls. 28/30) atestam o direito do agravado.

Aliás, a agravante não trouxe qualquer documento apto a demonstrar o contrário, sendo que sequer negou a relação de trabalho.

Com relação ao descumprimento do art. 9º, II, da Lei 11.101, em que se pese a ausência de apresentação de planilha de cálculo pelo agravado, a administradora judicial juntou demonstrativo (fl. 40) que foi acolhido pelo MM. Juízo a quo, suprindo, assim, tal exigência."

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, no que se refere à comprovação do crédito habilitado, ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmula 7 do STJ. Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. NOVAÇÃO. OFENSA AOS ARTS. 165 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO CRÉDITO. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 165 e 535 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a questão discutida nos autos. O fato de a decisão ser contrária aos interesses da parte recorrente não configura negativa de prestação jurisdicional.

2. O Tribunal de origem, com base nos elementos de provas dos autos, concluiu pela comprovação do crédito da recorrida. Não há como alterar esse entendimento na via especial, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

4. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a similitude fática entre os acórdãos confrontados.

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 119.881/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS

FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 27/02/2013)

Por fim, não é possível conhecer da alegada divergência jurisprudencial, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ALEGADA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAUSA PARA EMISSÃO DE DUPLICATAS - SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE RECONHECERAM A VALIDADE DOS TÍTULOS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.

1. Demonstrado que o acolhimento das razões do recurso especial torna imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incide o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. A incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea 'a' quanto pela alínea 'c' do permissivo constitucional.

3. O dissídio jurisprudencial deve ser minuciosamente demonstrado por meio do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os acórdãos apontados como paradigmas, procedimento não observado pela parte insurgente.

4. Agravo regimental desprovido".

(AgRg no REsp 1.137.530/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/6/2014, DJe de 24/6/2014).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator